



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

LUANA MACIEL DE SOUSA

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: um olhar sobre a prática docente no município de  
São João do Rio do Peixe/PB**

CAJAZEIRAS / PB  
SETEMBRO /2014

LUANA MACIEL DE SOUSA

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: um olhar sobre a prática docente no município de  
São João do Rio do Peixe/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia  
para obtenção do título de Licenciatura Plena  
em Pedagogia da Universidade Federal de  
Campina Grande.

Professor Orientador (a): Stella Marcia de  
Morais Santiago

CAJAZEIRAS / PB  
SETEMBRO / 2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

S725c Sousa, Luana Maciel de

Diversidade étnico-racial: um olhar sobre a prática docente no município de São João do Rio do Peixe - PB. / Luana Maciel de Sousa. Cajazeiras, 2014.

40f. : il.

Bibliografia.

Orientadora: Stella Márcia de Morais Santiago.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

LUANA MACIEL DE SOUSA

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: um olhar sobre a prática docente no município de São João do Rio do Peixe/PB**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

DATA DE APROVAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>Ma. Stella Márcia de Moraes Santiago  
Presidente da Banca/UFCG-CFP-UAE

---

Prof.<sup>a</sup>Ma. DébiaSuênia da Silva Sousa  
Examinadora/UFCG-CFP-UAE

---

Prof.<sup>a</sup>Ma. Belijane Marques Feitosa  
Examinadora/UFCG-CFP-UAE

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos que mais amo. Minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

O Deus considera força maior, para que eu pudesse alcançar essa conquista em minha vida, me fazendo superar vencendo todos os obstáculos.

Aos meus pais Francisca e João Vicente, irmãos Layanne e Antônio e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta de minha vida. Agradeço também ao meu esposo, Junior, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem me apoiando nos momentos de dificuldades, quero agradecer também ao meu filho Kellyson que mesmo não tendo o conhecimento disto, mas iluminam de maneira especial os pensamentos me levando a buscar mais conhecimento.

À professora Stella Santiago pela paciência nas orientações e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores do curso de Pedagogia que foram tão importantes na minha vida acadêmicas e no desenvolvimento desta monografia.

Aos colegas pelo incentivo, apoio, pela compreensão e pela amizade.

Enfim, a todos os amigos que de forma direta ou indiretamente, deram seu apoio e incentivo para realização desse trabalho monográfico, e que estiveram comigo sempre acreditando nessa conquista em minha vida, torcendo pelo meu sucesso. A todos o meu agradecimento e um abraço fraterno

“Ninguém pode odiar outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”

*Nelson Mandela*

## RESUMO

O presente estudo *Diversidade étnico-racial: um olhar com base na prática docente* foi realizado com o objetivo de analisar a prática docente de educadoras de uma escola pública municipal situada na cidade de São João do Rio do Peixe, com relação a temática da diversidade racial na escola. Para a fundamentação teórica e análise foram utilizados/as os/as seguintes autores/as: GOMES (2008); SILVA (2009); RODRIGUES (2007); MUNANGA (2005); SACRISTÁN (2000); entre outros. A metodologia empreendida para bem fazer a análise dos dados coletados, através da aplicação de um questionário com 18 perguntas semiestruturadas, foi o estudo de campo, por se tratar da análise de elementos pertencentes a um grupo de 08 participantes, todas lecionando no ensino fundamental I, de uma mesma escola. Os resultados demonstraram que, mesmo estando a 11 anos da implantação da Lei 10.639/03, pouco ainda tem sido as ações pedagógicas realizadas com a temática étnico-racial nas escolas. Assim, o estudo demonstra que há muito a ser construído no espaço escolar, para que atitudes preconceituosas e racistas estejam cada vez menos presentes no nosso cotidiano escolar e social. Contudo, espera-se que este trabalho possa contribuir para disseminar a necessidade de efetivação de discussões em torno das questões étnico-raciais nas escolas, bem como da Lei nº 10.639/03, como parte integrante do trabalho pedagógico de professores/as.

**Palavras-chave:** Diversidade Étnico-Racial. Educação. Prática Docente.

## ABSTRACT

The present study ethno-racial diversity: A look based on teaching practice was conducted with the objective of analyze the teaching practice of educators of a public school located in the town of São João do Rio do Peixe, in relation the thematic of racial diversity in school. For the theoretical foundation and analysis were used the following authors: SILVA (2009); RODRIGUÊS (2007); MUNANGA (2005); Giddens2012. The methodology undertaken for well make the analysis of data collected through application of a questionnaire with.... semi-structured questions, was the field study, because it is the analysis of elements belonging to a group of 08 participants, all teaching at the elementary school level I, in the same school. The results showed that even being the 11 years of implementation of Law 10.639/03, little has still been the pedagogics actions performed with the ethnic-racial thematic in schools. Thus, the study demonstrates that there is much to be built in the school space, so that prejudiced and racist attitudes are increasingly less present in our school and everyday social life. However, it is expected that this work can to contribute to awareness the need of effectuation of discussions around ethnic and racial issues in schools, as well as of Law n° 10.639/03, as part of the pedagogical work of teachers.

**Key-words:** Éthno-Racial Diversity. Education. Teaching Practice

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INICIANDO A CONVERSA  | 11 |
| 2. ASPECTOS DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA  | 15 |
| 2.1. As relações étnico-raciais e a importância da Lei nº10.639/2003 na desconstrução do preconceito racial | 17 |
| 3. DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL:UM DEBATE A PRÁTICA DOCENTE  | 24 |
| 3.1 A contribuição dos educadores acerca da diversidade étnico-racial                                       | 27 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 36 |
| REFERÊNCIAS   | 38 |
| APÊNDICES   | 40 |

## INICIANDO A CONVERSA...

Vivemos em um mundo envolto em questões sociais, religiosas, sexuais, étnicas e raciais bastante contundentes e díspares. A escola, como lugar primeiro da ação docente e como reprodutora das demandas sociais, não está alheia a estas mesmas questões. Neste sentido, o presente trabalho aborda uma discussão pautada na perspectiva da diversidade racial de alunos e alunas de uma escola do município de São João do Rio do Peixe-/PB e como essa diversidade tão presente no dia a dia da/na escola, é trabalhada pelos/as educadores/as. E para isso, foi realizado um estudo de campo partindo do princípio que a realidade estudada é particular e específica. A pesquisadora deteve-se na análise dos dados de 08 (oito) entrevistados.

O interesse por esse tema emergiu a partir de estudos e questionamentos que ocorreram na disciplina *Educação, Cultura e Diversidade*, do 5º período do Curso de Pedagogia, aliada as realidades presenciadas por esta pesquisadora em âmbito escolar. Desde então, estive envolta em vários questionamentos com relação à diversidade étnico-racial, inclusive a questão de não ser trabalhada na escola, como penso ser necessário, haja vista que este é um ambiente em que as diferenças culturais, sexuais, étnico-raciais mais se encontram, em se tratando do cotidiano das crianças.

Nessa perspectiva, surge à lei de nº10.639/03 que amplia as Diretrizes Curriculares Nacionais, traz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e afrodescendente no currículo da educação básica. Mesmo essa lei já tendo mais de 11 anos de sua implementação, ainda hoje não se vê a necessidade do trabalho a partir dela sendo ressaltado nas escolas, percebe-se a ausência de uma prática que venha desenvolver um estudo voltado para a história e cultura africana e afro-brasileira.

Com base nisso, diversidade étnico-racial é considerada uma temática que permeia discussões na contemporaneidade, no que diz respeito aos aspectos históricos, sociais, culturais e políticos. Nesse sentido, Gomes (2008, p.17), afirma que a diversidade étnica, pode ser apresentada a partir de uma “construção histórica, cultural e social”. No que remete as diferenças existentes que se constitui para além das características biológicas que podem ser observadas nitidamente. Todavia é pertinente destacar que essas diferenças são construídas pelos indivíduos de forma relacional em contato com a sociedade, no decorrer dos processos

culturais e históricos que se concretizam como um ato adaptativo (modos de viver internalizados pela sociedade) entre as pessoas e o meio social (Gomes, 2008).

A diversidade étnico-racial deve ser trabalhada no contexto escolar mediante a uma postura pedagógica, em que as diferenças possam ser questionadas e compreendidas, proporcionando uma reflexão sobre a multiplicidade de pessoas que permeiam em um mesmo ambiente, sobretudo valores e representações que nos constitui sujeitos com diversas diferenças.

Com isso, pode-se considerar essa temática de suma importância para se trabalhar no contexto escolar, possibilitando aos educandos/as uma reflexão acerca das diversas ações e expressões apresentadas entre eles/elas na escola. Dessa maneira acredita-se que poderá (ou não) contribuir também no combate aos preconceitos que ainda persistem no contexto da educação.

Esta pesquisa aborda discussões sobre o tema diversidade étnico-racial sendo como um dos principais referenciais teóricos as ideias dos/as seguintes/as autores/as Gomes (2008), Munanga (2005), Rodrigues (2007), Silva (2009), Sacristán (2000), dentre outros estudiosos da questão.

O aporte teórico propõe apresentar um olhar voltado para a prática docente, como forma de mediar suas práticas no que compete a questão da diversidade étnico-racial, tendo por base a implementação da lei 10.639/03 considerando o/a educador/a que preza pela qualidade em seu trabalho educativo, sendo um desses aspectos, lutar pela atenção de forma igualitária a todos os seus/suas educandos/as no espaço escolar.

Assim, o trabalho está composto de 04 (quatro) capítulos, assim organizados: o primeiro, refere-se a apresentação de uma breve discussão sobre a temática diversidade étnico-racial, o objetivo da pesquisa, a relevância, e a justificativa de tê-lo escolhido; o segundo capítulo, traz à tona a questão da discussão teórica sobre o tema, elucidando conceitos e discutindo a necessidade da desconstrução dos preconceitos na escola; o terceiro evidencia as análises proferidas a partir da coleta dos dados; por fim o quarto, onde dispõem-se as Considerações Finais deste trabalho.

Compreende-se que a escola não pode mais manter-se distante da discussão étnico-racial. Com base nisto, Sacristán (2000) afirma que: “A diversidade surge numa perspectiva de liberdade facilitando aos indivíduos exercer sua autonomia no meio social em que se encontra”.

Essa diversidade étnico-racial está presente nas escolas, nos referenciais de vida de alunos e professores, manifestada em suas ações a favor e/ou não, das ações contra essa mistura que se

dá no espaço escolar. Entretanto, a sociedade no geral deve apresentar uma postura ética perante as multiplicidades existentes, considerando que diante as variadas diferenças, nenhum grupo social se apresenta como melhor ou pior que outros.

No Brasil ao percebermos que somos diferentes em aspectos históricos, culturais como também sociais, se estabelece uma postura diferenciada pautada em estereótipos<sup>1</sup> conturbando a vida de muitos brasileiros perante o meio social, o que se estende também as crianças no espaço escolar. Com base nisso a diversidade é apresentada por meio de aspectos identitários, internalizados em determinados contextos sejam eles sociais, políticos, econômicos e culturais, e isto se dá mediante o convívio social (SILVA, 2009).

No entanto destaca Gomes (2008, p.22) que:

Nem sempre aquilo que julgamos como diferença social, histórica e culturalmente construída recebe a mesma interpretação nas diferentes sociedades. Além disso, o modo de ser e de interpretar o mundo também é variado e diverso.

Nesse sentido, a diversidade deve ser compreendida de modo relacional em que o processo de construção de conhecimento se dá na interação por meio do diálogo, por isso precisamos ter a consciência e reconhecer que somos diferentes, “e que a nossa interpretação de mundo varia de acordo com o lugar que ocupamos na sociedade, e o modo em que nos relacionamos com os outros” (GOMES,2008).

Dessa forma, compreende-se que currículo escolar deve ir ao encontro da realidade dos/as educandos/as, ao contexto social em que a escola se encontra considerando os aspectos históricos, sociais e culturais nela incidentes, propondo meios que possibilitem uma educação democrática e igualitária, mediante o convívio em um ambiente que gere relações de confiança, independente da cor ou etnia, religião, orientação sexual, outros. Desse modo, a escola ao trabalhar numa perspectiva democrática deve considerar todas as classes sociais existentes, que podem ser exemplificadas como diversidade biológica, cultural e étnica. Entretanto, é possível perceber que essa ideia ainda se encontra distanciada da realidade educativa.

Contudo, o governo federal sancionou no ano de 2003 a lei de nº10.639/2003, que amplia a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, obrigando o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no âmbito de todo o currículo escolar, essa decisão visa discutir as contribuições dadas pelo povo africano a cultura e história do Brasil, com a intenção de

---

<sup>1</sup> Estereótipo são os preconceitos, que se constituem em um juízo prévio a uma ausência de real conhecimento do outro.

desmistificar a imagem deturpada do negro que até então permeia em nossa sociedade como um estereótipo.

Nesse sentido, BRASIL (2005, p.7):

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de um grupo e minorias.

Dessa maneira, a escola desenvolve um papel importante com relação a desconstrução do preconceito racial e cultural do povo negro no Brasil. Contudo a inserção da discussão sobre história e cultura afro-brasileira no currículo não se dá apenas para que os/as negros/as tenham direito ao estudo de qualidade, mas também, com o intuito da promoção de uma cidadania digna, em busca de uma sociedade justa e igualitária.

No entanto, não basta apenas um trabalho escolar, é preciso combater a discriminação em todos os âmbitos sociais. Assim, trabalhar a história e cultura afro-brasileira não é um ato para inserção de negros/as ao cotidiano social, mas também, o reconhecimento das heranças e legado de um povo que faz do nosso povo brasileiro uma nação tão rica culturalmente, multicultural e pluriétnica.

Por fim, pretende-se que os resultados deste trabalho possam colaborar com uma melhor compreensão acerca das diferenças que permeiam o espaço escolar, possibilitando a educadores/as desenvolverem práticas pedagógicas capazes de contemplar a igualdade entre todos/as, sem que haja discriminação.

## 2.ASPECTOS DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA

Ao mencionar questões de *preconceito e discriminação*, é preciso ir antes à discussão sobre *identidade*, e compreender melhor como essas primeiras estão aqui sendo discutidas.

*Aidentidade* é compreendida de forma relacional com os sujeitos em sociedade, por meio da interação e reconhecimento que os indivíduos têm de *si*, em decorrência de sua ação, visto que nenhuma identidade é estabelecida de forma isolada, a mesma se define a parti do diálogo que se constrói por toda a vida, seja de forma direta ou indireta com os outros sujeitos em sociedade (SILVA, 2009; D'ADESKY, 2001).

Assim, para Silva (2009 p.96-97):

A identidade é a construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. Identidade tem estreitas conexões com relação de poder.

Nesse sentido, pode-se compreender que o conceito de identidade é complexo e diverso, que não se constitui como algo inato, uma vez que está ligado a forma de ser/estar do indivíduo, no mundo e com os outros, e se destaca como fator de grande relevância no que compete as relações culturais em grupos sociais, através de expressões linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares (SILVA, 1995), incumbida também das/nas relações sócio-político e histórica de cada meio social.

Dessa forma, compreender a identidade também resulta a uma compreensão do conceito de diferença, ou seja, ao definir a identidade de determinado grupo social, simultaneamente, enfocam-se semelhanças e diferenças entre os demais grupos sociais, repercutindo entre elas a relações de poder sobre outros, podendo ser vistas ou não como um espelhamento (SILVA, 1995). Ainda nesta discussão, é preciso entender que há dois sentidos amplos para a mesma, a *identidade pessoal* e a *identidade social*. Segundo Silva (1995), a *identidade pessoal* se realiza a nível individual; já a *identidade social*, se dá de modo coletivo, “envolve os aspectos socioculturais que permeiam em determinados grupos sociais, esse processo de identidade se define a parti da identificação do indivíduo com determinado grupo social”(SILVA, 1995.p.26).

Desse modo Berger e Luckman (1987, apud Silva, 1995.p.30) afirmam que: “A consciência da identidade advém do contexto social no qual o indivíduo se localiza.” Então, se o indivíduo tem “uma identidade conhecida e reconhecida, torna-se mais fácil reconhecer as identidade (sexuais, raciais) dos outros” (RODRIGUES, 2007, p.73-74). Compreende-se, partir das ideias dos autores supracitados que o processo de interação de indivíduos entre si e com os outros, onde suas características, história, cultura e hábitos são reconhecidos, auxilia no reconhecimento de si próprio, em decorrência de sua ação, pois o processo indentitário se dá a parti do convívio com o meio social, seja de forma direta ou indireta com outras pessoas.

Logo, há influência do contexto social na construção da identidade das pessoas, que se estabelece mediante a participação e envolvimento dos sujeitos em determinados grupos da sociedade, que podem ser caracterizados como famílias, amigos, ou até mesmo a escola, uma vez que cada um desses grupos desenvolve um papel diversificado na construção da identidade do indivíduo.

Aliado a isto é preciso entender que:

A identidade é a referência, é o ponto original relativamente a qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver, identidade e diferença são vistas como mutualmente determinadas (SILVA, 2009, p.75-76).

Assim, a identidade como a diferença existem numa perspectiva relacional, refletindo nos diferentes contextos sociais. Dessa forma o processo de diferenciação está constantemente interligado as relações de poder, demarcando fronteiras, fazendo distinção entre o que está dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles” (SILVA, 2009).

É importante aqui, apontar as oposições binárias relatadas pelo filósofo francês Jacques Derrida (apud SILVA, 2009), destacando-as como sendo uma sempre a privilegiada, recebendo um valor positivo, e a outra a discriminada, recebendo a carga negativa. Assim, fazem parte desse complexo de ligações binárias questões como: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual, dentre outros que possam ser representados em aspectos de diferenciação.

No entanto a *identidade* e a *diferença* surgem numa perspectiva de atribuições de sentido ao mundo social, não existem como elementos passivos da cultura, mas devem estar em constante processo de criação e recriação (SILVA, 2009).

## 2.1 As relações étnico-raciais e a importância da lei nº10.639/2003 na desconstrução do preconceito racial

As discriminações raciais sofridas por negros/as geraram grandes lutas e conquistas, através dos enfrentamentos e resistência proferidos pela população negra do Brasil, e de outros países. No entanto, atos de discriminação ainda são uma constante no nosso cotidiano. E, nesse sentido, Munanga (2005 p. 67) define *discriminação racial* como:

[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas a raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdade fundamentais no domínio político, sociais ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Assim, discriminar é agir de forma preconceituosa, racista, de julgar o próximo, e acima de tudo é uma atuação antidemocrática, fazendo com que os sujeitos tenham seus direitos violados. A palavra *discriminação* se deriva da prática direta do racismo contemplando a efetivação do preconceito, ou seja, esse termo é considerado como um mito da democracia racial. O processo de discriminação se manifesta também a partir dos atos sociais, políticos e psicológicos que estão para além do preconceito que os indivíduos apresentam.

O processo de discriminação racial se define de forma direta, por meio de atos concretos de discriminação, onde o sujeito que sofre esse ato discriminatório tende a ser excluído, marginalizado; e de forma indireta, por meio de atos desiguais avulsos, podendo atingir um grupo de pessoas, através de práticas administrativas, empresariais ou até mesmo mediante políticas públicas, sendo entendida por muitos estudiosos como uma forma perversa.

No entanto, são inúmeras as formas de discriminação. Dentre tantas, podemos citar aqui o *racismo*, que se concretiza a partir de uma ideologia que requer a vivência de hierarquia entre grupos de indivíduos, havendo assim conflitos em virtude do poder de autoridades entre grupos.

A teoria ou a ideias de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outra (BEATO, 1998, apud MUNANGA, 2005, p.60).

*Oracismo* se define de forma complexa e manifesta-se como uma repulsão, muitas vezes geradas por ódio, com relação às pessoas que fazem parte de algum grupo social que apresenta características diferenciadas. Como também pode ser compreendido como um conjunto de ideias manifestadas por grupos que se sentem superiores aos demais, visto que a prática do racismo resulta de uma imposição em que os sujeitos internalizam como uma verdade absoluta tornando-se uma crença particular considerado como única. Assim, os estudiosos denominam-no como um comportamento social que está fortemente presente na história da humanidade, podendo ser manifestado de várias formas, em contextos sociais diferenciados, apresentando-se de duas maneiras a *individual e a institucional*.

Em se tratando do racismo individual, este se remete a ações discriminatórias executadas por sujeitos contra outros sujeitos, gerando violência entre eles sendo por meio de agressões, ou qualquer outra formas que favoreça um ato violento.

O racismo institucional é o uso de práticas discriminatórias com os negros em espaços como: bairros, escolas, emprego, entre outros. Discriminação esta presente nos livros didáticos por meio de em imagens estereotipadas, no mundo midiático, em propagandas, nos mais variados espaços e das mais variadas maneiras.

Jão *preconceito*, consiste numa ideia pré-estabelecida de algo ou alguém, por meio de julgamento prévio negativo que se faz de outra pessoa. Em meio a essas discussões (GIDDENS, 2012, p.455) vem apontando o seu ponto de vista sobre preconceito:

Se refere a opiniões e posturas que alguns membros de um grupo mantêm em relação a outros. As visões pré-concebidas de uma pessoa preconceituosa muitas vezes baseiam-se em rumores, em vez de evidências diretas, e são resistentes a mudança, mesmo frente a novas informações.

Contudo, muito dos atos de preconceito sofridos pelas pessoas podem ser apresentados tanto de forma positiva, isso ocorre quando os grupos se identificam, como também de forma negativa, que por sua vez acontece quando um determinado grupo demonstra preconceito sobre outro, com isso ambos os grupos jamais irão manter relações entre seus membros. Assim como descreve Bernd (1994:9-10 apud GOMES p.54)

O indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. É pois, uma posição dogmática e sectária que impede aos indivíduos a necessária e permanente abertura ao conhecimento mais aprofundado da questão, o que poderia levá-los à reavaliação de suas posições.

O sujeito preconceituoso sempre traz consigo a ideia de superioridade sobre o outro, com isso pode destacar que o ato de preconceito não é inato, ou seja, o mesmo é internalizado por meio do convívio social com outras pessoas, sendo que essas atitudes se fortalecem a partir de ações diárias entre grupos preconceituosos que favorecem a manutenção e crescimento do preconceito.

O etnocentrismo está ligado a um sentimento de superioridade que determinada cultura tem sob outras, são ações que favorecem apenas a sua cultura considerando como a melhor e repercutindo em seus valores denominados como únicos e vistos como suficiente; recusa-se a conhecer o desigual, sempre demonstra desconfiança com relação a outros grupos vistos como diferentes estranhos ou até mesmo considerado pelo grupo etnocêntrico como inimigo potencial. (GOMES, 2005)

No que se refere a palavra ‘étnico-racial’, é importante, explicar que o termo ‘raça’ é empregado com frequência nas relações sociais brasileiras, sobretudo, para confirmar algumas qualidades físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam de forma direta, interferindo e sobretudo determinando o ambiente social dos sujeitos dentro da sociedade.

Já o termo ‘étnico’ tem como referência as relações diferentes que existem, que podem ser apresentadas mediante a cor da pele e como também pela aparência, que são características culturais fortes de origem dos ancestrais africanos (BRASIL, 2003). Muitos dos profissionais utilizam do termo etnia para se referir as pessoas negras, entre os grupos sociais diferentes como: judeus, índios, negros entre outros.

Todavia faz-se necessário refletir sobre as questões raciais Brasileiras por não serem definidas como algo particular, apenas para as pessoas que estão inseridas a grupos étnicos e raciais, também está relacionado a questões sociais, políticas e culturais de todos os/as brasileiros/as. Os movimentos negros bem como os intelectuais que estão inseridos na luta em prol do reconhecimento dos negros no Brasil, muitas foram as batalhas travadas para conseguir a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura do Continente Africano e dos Africanos, bem como, para a valorização do negro e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino no Brasil.

Nesse sentido, a lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB) assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, por meio de uma Educação pública de qualidade da faixa etária de 04 a 17 anos de idade (ou seja, da creche ao ensino médio), proporcionando uma educação em todas as modalidades de ensino, incluindo a educação especial,

profissional, indígena, independente de raça ou sexo ou qualquer que seja a situação social em que o indivíduo se encontra (BRASIL, 1996).

Contudo, o governo federal ampliou no ano de 2003 a lei de nº 10.639/2003, da LDB (Lei Diretrizes e Base) que vem tratar da obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Descendente no currículo da educação básica, assegurando o direito a condições de igualdade de vida e cidadania. Essa decisão visa discutir as contribuições que negros/as deram a sociedade Brasileira, fazendo com que a discriminação racial e cultural seja interrompida principalmente nos espaços escolares.

Dentre estes aspectos, é preciso enxergar a sociedade brasileira como racista e preconceituosa, pois esta sempre distorceu a imagem das pessoas de raça negra. Com base nisso Rodrigues (2007, p.26), destaca que:

As pessoas, entretanto, não nascem racistas, este é um componente construído nas relações que se estabelecem na sociedade e que tem contribuído secularmente para baixo acesso da população negra na escola, e quando frequentam sentem-se tratados de forma diferenciada pelo pertencimento étnico-racial.

Sabemos que a educação se constitui numa perspectiva de direito a todos, com o intuito de educar a sociedade com um estudo sistematizado, que venha a proporcionar um ensino democrático visando o crescimento cognitivo dos/as educandos/as, estimulando na sua formação de valores, hábitos e modos de comportamento, respeitando as diferenças que permeiam grupos existentes no espaço escolar. Entende-se, pois, que a educação se concretiza como um processo de formação do cidadão na sociedade, ampliando os caminhos de uma cidadania diversificada. Com isso é pertinente analisar as diferenças entre brancos e negros na educação, quanto ao índice de alunos negros nos espaços escolares, que até então se denominava muito baixo.

A obrigatoriedade da história e cultura afro brasileira e africana nos currículos de educação básica, é referente a um ato político, que se repercutiu fortemente nas ações pedagógicas, devido o reconhecimento e a garantia de espaço a negros/as nas escolas, como também valorizar sua história e cultura, buscando recuperar danos históricos quanto a sua identidade e aos seus direitos. É relevante trabalhar a história e cultura afro-brasileira não apenas pelos negros, mas por todos os/as brasileiros/as enquanto sujeitos que devem ser educados perante a uma sociedade multicultural e pluriétnica.

Nesse sentido, Brasil, (2005, p.7):

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de um grupo e minorias.

Dessa maneira, é dever da escola desenvolver um papel que favoreça a desconstrução ao preconceito racial e cultural com relação a educandos/as negros/as, proporcionando a todos conhecerem as diversas culturas que estão contidas no nosso País, de modo que venha apresentar as contribuições trazidas para o Brasil.

Contudo a inserção da história e cultura afro-brasileira não se dá apenas para que negros/as tenham direito a estudo de qualidade, mas também, para que haja uma cidadania digna, conquistando uma sociedade justa e igualitária. Sendo assim a educação que engloba as relações étnico-raciais favorece uma troca de experiência e saberes, além de romper com os estereótipos que ainda circulam entre os espaços escolares. Combater o racismo perante as diferenças culturais existentes não é responsabilidade apenas da escola, mas, de todo cidadão/ã consciente.

Assim como é reafirmado nos pensamentos de Lima, Romão e Silveira (1999, p.52):

Os negros aparecem nestes materiais para ilustrar o período escravagista do Brasil Colônia ou, então, para ilustrar situações de desprestígio social. Utilização destes materiais evidencia um processo de socialização marcado pela cultura branca e inculca a imagem do indivíduo branco única referência positiva.

Dessa forma as lutas em prol dessa desconstrução racial que afeta as pessoas negras devem partir dos educadores, que por sua vez são eles que trabalham com o livro didático em sala de aula. Contudo, repensar o papel da escola frente à afirmação das múltiplas identidades no seu contexto é uma grande tarefa, que envolve propostas a partir do currículo escolar, que assegure os alunos afrodescendentes a não recusarem sua identidade promovendo assim uma assimilação de si com os componentes que compõem sua história.

A escola enquanto espaço formador da sociedade é rodeada por vários elementos diversificados, a que estão ligados a sexualidade, gênero, etnia, religião, dentre outros que devem ser discutidos e analisados como forma de preparar os/as sujeitos/as a conviverem em um mundo plural.

O despreparo e interesse por parte dos educadores em trabalhar a temática étnico-racial nas escolas é outro problema a ser enfrentado, visto que enquanto profissionais da educação

podem desenvolver novas propostas curriculares que venha realmente desmistificar a imagem do negro tanto na escola e conseqüentemente no meio social, em parceria com o seio familiar.

Como base em Rodrigues (2007, p.85) quando afirma que:

A despeito da formação e prática pedagógicas dos professores, voltada para a questão das relações raciais e valorização da criança negra na escola, constituir uma necessidade, talvez o mais importante não seja uma formação específica, mas o despertar da vontade e da sensibilidade desses profissionais, para o encaminhamento dessas questões.

Sabemos que muitos/as educadores/as não tiveram uma formação pedagógica voltada a temática étnico-racial, nesse contexto é necessário que os mesmos avaliem suas práticas e tenha uma olhar mais aprofundado ao que se vem discutindo na contemporaneidade, procurando aprofundar seus conhecimentos. A escola por adotar um sistema que não prioriza o ser negro em suas práticas pedagógicas no que se refere ao currículo, livro didático e linguagem que venha a dar um suporte e valorização aos alunos afro-descendentes, faz com que os mesmos sintam-se descrentes e se afastem, é preciso que nossos/as educadores/as conheçam e acima de tudo considere os conhecimentos prévios de cada aluno, e passe a considerar os mesmo como sujeitos que tem história e cultura, e sobretudo, um conhecimento social específico, que precisa ser valorizado.

A escola precisa mostrar e trabalhar através dos professores em sala de aula as questões de pluralidade cultural, apontando como referência os índios, negros, imigrantes, todos/as que compõem o povo brasileiro.

Nesse sentido a escola pública se destaca como um ambiente educativo em que as diferenças de grupos e etnias mais se encontram por isso todo o corpo docente que compõe a escola necessita de um olhar reflexivo e cauteloso diante das ações e problemáticas que venha a surgir no cotidiano escolar.

A escola como um ambiente formador, precisa traçar metas para que desconstrua o preconceito e a discriminação racial, perante aos diversos modos culturais que se encontra em sala de aula. E o ensino deve estar/ser pautado numa perspectiva de igualdade, proporcionando o respeito ao próximo, fazendo com que os educandos possam desenvolver uma postura ética.

Dessa forma a instituição escolar como integrante ao contexto social, deve atribuir valores as diferenças que nelas se encontram desmitificando os estereótipos, e desenvolvendo uma prática pedagógica que contemple a diversidade étnica e racial dos/as educandos/as, que no contexto brasileiro ainda se apresenta como uma ação ausente.

Com base nisso Rodrigues (2007, p.80) afirma que:

A diversidade cultural e étnica, está presente na sociedade, entre milhares de crianças, adolescentes jovens negros estudantes. Estes jovens têm recebido por partes de ambas (escola e sociedade), um tratamento diferenciado pelo fato de serem negros, comprometendo para eles, a afirmação e o reconhecimento por parte da sociedade de uma identidade do ser negro.

Aí sim, será possível a escola criar novas estratégias curriculares que possibilite uma reeducação sobre as práticas pedagógicas direcionadas aos vistos como diferentes. Todavia, não se quer apenas a inclusão dessas pessoas nas escolas, mas todo um trabalho que venha a promover a diversidade, favorecendo a socialização entre alunos considerados brancos e os não brancos e toda a equipe escolar, sendo a escola, também, uma formadora de identidades plurais.

### 3.DIVERSIDADE ETNICO-RACIAL:UM EMBATE A PRÁTICA DOCENTE

Neste capítulo, destaca-se a estrutura metodológica como parte integrante para a elaboração do respectivo trabalho monográfico. De início, a pesquisa se deu mediante a estudos bibliográficos sobre o tema da diversidade étnico-racial numa escola de São João do Rio do Peixe/PB, logo após,deu-se a coleta de dados com as educadoras, referente a sua compreensão acerca da temática, destacando sua prática em sala de aula com a finalidade em compreender se essas docentes desenvolvem atividades que levam os/as educandos/as a refletirem sobre sua identidade e sobretudo as diferenças culturais que permeiam o espaço escolar.

Ao realizar uma pesquisa no ambiente escolar são inúmeros elementos que se destacam com grande relevância, pois possibilitam o pesquisador conhecer a realidade em que a escola se encontra e contrapor as práticas dos/as docentes atuantes na instituição.

Segundo Lakatos (2003 p.155), “A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Mediante a afirmação do autor o ato de pesquisar nos faz ter uma aproximação da realidade em que se encontra a instituição investigada, como também possibilita conhecer o modo pelo qual são trabalhados os conteúdos e métodos, sobretudo, a pesquisa pode ser entendida por muitos educadores como alvo de crítica com relação a sua prática, o que ocasiona a recusa em participar, uma vez que muitos consideram esse tipo de trabalho como uma forma de avaliação e julgamento.

No entanto, no ato da pesquisa é necessário que o entrevistador demonstre confiança e dê total liberdade aos/as sujeitos/as entrevistados/as, no tocante a como responder.

Para Lakatos (2003,p.165):

O instrumento de coleta de dados se destaca como tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior.

O processo de coleta de dados, como bem destaca a autora, é uma atividade muito cansativa e que requer muito cuidado, o/a entrevistador/a por sua vez deve demonstrar clareza

aos participantes com relação a preservação de sua identidade, demonstrar quão importantes são para a construção da pesquisa, e acima de tudo, estar sempre disponível aos mesmos.

O processo metodológico é sem dúvida, um processo que interliga um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, proporcionando a conhecer a realidade e produzindo assim novos conhecimentos. Metodologia na visão de Gonsalves (2001) é definida a partir de um percurso que se diz metodológico referente ao caminho a ser trilhado, para que se possa alcançar os objetivos propostos. A partir de então, deve-se considerar o entrevistado como instrumento principal da pesquisa, em se tratando do ambiente deve ser propício para a execução do instrumento de coleta de dados, com ênfase no caráter descritivo.

Dentre os modos de pesquisa é importante destacar o estudo de campo como um instrumento de pesquisa que se dá através de observação direta nas atividades desenvolvidas de um grupo ou por meio de entrevistas contendo informações escritas que possam contribuir nas interpretações de como se dá esse grupo. Segundo Gonçalves (2001) a pesquisa de campo é um tipo de pesquisa que almeja buscar a informação direta com o objeto que se deseja pesquisar. Assim, o estudo de campo será feito por meio de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Gonçalves (2001), a pesquisa qualitativa se preocupa com a compreensão e com a interpretação do fenômeno estudado, levando em consideração o significado que os sujeitos atribuem as suas práticas.

O estudo de campo constitui o modelo clássico de investigação no campo da Antropologia onde se originou. Nos dias atuais, no entanto, sua utilização se dá em muitos outros domínios, como no da sociologia, da Educação, da Saúde Pública e da Administração (GIL, 2009, p. 53).

Importa ainda mencionar, o estudo de Campo se dá *in lócus*, ou seja, o/a pesquisador/a coleta diretamente junto aos sujeitos que iram participar da entrevista as informações necessárias para que possa ser realizada a investigação, passando o tempo necessário no campo de pesquisa, por isso esse tipo de pesquisa se destaca como importante devido o pesquisador manter o contato direto com o lócus a ser investigado, através de observações, e fatos claros e precisos com relação à realidade do estudo. Com isso tendo uma maior garantia das análises dos dados.

Nesse sentido a metodologia que está sendo desenvolvida nesse trabalho será por meio de um estudo de campo, com base no questionário estruturado contendo 16 questões fechadas, como forma a analisar o trabalho docente com relação a temática diversidade étnico-racial

possibilitando uma reflexão, mediante o contexto diário da escola. Bem como afirma Lakatos (2003, p.200)

O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondida por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

A técnica de questionários favorece inúmeros benefícios ao pesquisador, tais como: obtém respostas mais rápidas e mais precisas; há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas; dentre outras vantagens que compõem pesquisa mediante questionário como forma de investigação (LAKATOS, 2003). Nesse sentido, foi feito o uso de questionários compostos por tópicos estruturados, constituídos por uma série ordenada de perguntas, que foram respondidos pelas professoras por escrito e sem a presença do pesquisador.

A partir da definição da técnica de investigação para a realização da pesquisa, os participantes dessa entrevista foram 08 professores do ensino fundamental I de uma escola da rede pública municipal da cidade de São João do Rio do Peixe-PB, os mesmos serão identificados ficticiamente com as letras do alfabeto de **A-H**. Sendo todas do sexo feminino, com graduação, atuantes no magistério no intervalo de tempo de 04 a 21 anos.

O quadro de funcionários da instituição está dividido da seguinte forma: o corpo docente é constituído de 47(quarenta e sete) professores, que leciona na educação infantil e fundamental I e II, e EJA. Desse total, apenas 10 (dez) atuam no ensino fundamental I. O corpo Técnico e administrativo da escola está organizado em 03 Vigilantes, 02(dois) Agentes Administrativos, 07 (sete) Auxiliares, 11(onze) Merendeiras, 01(uma) Coordenadora Pedagógica, 01(uma) gestora e 02(dois) vice gestores, sendo uma do sexo feminino e outro masculino, sendo que os gestores são escolhidos por meio de indicação política.

Com base no Projeto Pedagógico (PP) da escola, o mesmo não apresenta metas e objetivos a serem alcançados com relação a diversidade étnico-racial, bem como também não se refere a Lei 10.639/03 que traz a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Com relação à coleta de dados, de início foi feito um levantamento do corpo técnico e docente da escola, quanto a sua formação e tempo de atuação no magistério, para que se tivesse uma melhor compreensão acerca das entrevistadas que iriam participar da pesquisa.

A escola pesquisa foi realizada em uma instituição Municipal que funciona em horário integral na cidade de São João Do Rio Peixe – PB. A escola atende um público de classe socioeconômica baixa e classes mais favorecidas, o processo de escolarização atendido pela escola inicia-se na Educação Infantil, sendo ofertado também Ensino Fundamental I E II, bem como Educação de Jovens e Adultos em turno noturno. O número de discentes que frequentam o ensino Fundamental I é por volta de 179 alunos, sendo esse total dividido entre os dois turnos (manhã e tarde), com 10 salas de aulas, funcionando 6(seis) pela manhã e 4 (quatro) à tarde.

Em se tratando do Planejamento Pedagógico da escola pesquisada, este acontece quinzenalmente sendo redigido pela Coordenadora Pedagógica, nesse encontro serão discutidos os conteúdos a serem trabalhados no período de duas semanas.

No entanto, para a execução da pesquisa foi elaborado um questionário com perguntas fechadas, sendo organizado por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador(LAKATOS, 2003), para que as respondentes se sintam mais a vontade a fazê-lo.

Para a autora essa técnica de coleta de dados por meio do questionário, favorece aos participantes uma maior liberdade para responderem com clareza, como também pode trazer malefícios a pesquisa, ou seja, devido a liberdade na entrega do questionário pode ocorrer um número menor esperado pelo pesquisador de questionários respondidos, podendo dificultar o embasamento e os resultados esperados da pesquisa.

Dessa forma, mediante a definição dos procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração dessa pesquisa, será apresentado no decorrer desse capítulo monográfico o resultado das respostas coletadas das professoras, bem como será enfatizado sobre suas práticas e, sobretudo o reconhecimento sobre a temática abordada.

### **3.1 A contribuição dos educadores acerca da diversidade étnico-racial**

Nesse tópico será apresentado o relato da pesquisa, contendo as análises de coleta de dados, onde se apresenta questões fechadas sobre a temática diversidade étnico-racial, no entanto o propósito da pesquisa emergiu em saber o nível de compreensão e atuação da prática docente mediante a temática, com isso é pertinente um estudo que proporcionasse uma análise textual confrontando os resultados coletados com os autores estudados durante todo o percurso desse trabalho monográfico.

O questionário utilizado para coletar os dados que darão suporte a pesquisa, foram entregues a 10 (dez) professoras do ensino fundamental I, sendo que recebi apenas 8 (oito) questionários respondidos. Das 8(oito) professoras que responderam o questionário, 07 (sete) das respondentes variam entre 32 a 45 anos e 01 (uma) delas não mencionou a idade. Dentre as 08(oito) respondentes, 06 (seis) mencionam ser de cor branca, restando duas outras, onde uma menciona ser de cor parda e a outra morena.

Nesse sentido, percebemos que há uma incidência maior nas professoras respondentes de cor branca, em contrapartida as duas outras, a de cor parda e a de cor morena. Sabendo que “o critério de identificação racial é a auto identificação” (SOARES, 2008, p. 103), cabe ponderar que os/as sujeitos/as estão livres para se identificar na raça/cor que lhes aprouver, o que gera uma diferenciação quanto a cultura do povo negro, uma vez que tendo sofrido ultrajes e discriminação socialmente há anos, dificulta a identificação dos/as sujeitos/as como tais. Assim, como afirma Loureiro (2004, p.54)

[..] quando nada de positivo é encontrado na história do grupo e em suas gerações passadas, não é porque esses fatos não existam. Que toda cultura, todo grupo étnico tem pessoas que se destacaram por seus feitos surpreendentes, tem sua história, na qual seus hábitos ganham vida e significado. Acontece, porém, que, quando um grupo minoritário está inserido em um sistema de dominação exploração, a história do grupo são omitidos e, quando isso não é possível, são cruelmente transformados em “maus elementos”, “em vilões”; sua cultura é desvalorizada e folclorizada [...]

Com base nas afirmações da autora, é imprescindível que seja trabalhado nas escolas aspectos genuínos de um povo, sua cultura, crenças e valores, isso significa desvincular da dominação e submissão, possivelmente, a estes atribuídos, pelos da cultura dominante, neste caso, a branca.

Em se tratando do nível de formação das professoras respondentes, todas afirmaram possuir graduação. No entanto, apenas 06 (seis) mencionaram qual formação superior obtém, as outras 02 (duas) não o fizeram. Assim, das 08 (oito) pesquisadas, 01 (uma) afirmou ser formada em Pedagogia, Letras e Direito; 02(duas) afirmaram serem formadas apenas em Pedagogia; 01 (uma) afirmou ser formada em Filosofia; outras 02 (duas) afirmaram serem formadas em Letras; e por fim, outras 02 (duas) respondentes não mencionaram qual a sua formação superior.



No que se refere a especialização das 08 (oito) respondentes, 06 (seis) relataram serem especialistas, sendo destas 02 (duas) especialistas em Educação Inclusiva; 02 (duas) especialistas em Língua, Linguagem e Ensino; 01 (uma) especialista em Psicopedagogia; e por fim, 01 (uma) especialista em Metodologia do Ensino. As 02 (duas) outras professoras não responderam a essa questão.

Ao serem perguntadas há quanto tempo atuam no magistério, as professoras responderam: 01 (uma) atua a 4 anos; 01 (uma) atua a 8 anos; 01 (uma) atua a 10 anos; 01 (uma) atua a 18 anos; 01 (uma) a 20 anos; 01 (uma) a 21 anos; e 02 (duas) não responderam. Isto demonstra que as professoras respondentes possuem um tempo significativo de experiência na educação.

Aos questionar se as professoras sabiam da existência da Lei 10.639/03, bem como do que esta trata, obtiveram-se as seguintes respostas 08 (oito) pesquisadas, 06 (seis) professoras responderam saber da existência da Lei. Dentre estas, 05 (cinco) responderam saber também do que trata a Lei e 01 (uma) não respondeu nada. Das demais (uma), não soube responder nenhuma das questões.

Com base nisso, ao se tratar da Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que traz a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos da educação básica, espera-se que todos os professores que atuam nestes e em outros níveis da educação, tenham conhecimento da mesma. No que diz respeito aos dados coletados na pesquisa, percebe-se que essa realidade ainda se mantém distante, sobretudo nas formações docentes, pois de acordo com as participantes da pesquisa nem todas demonstraram saber da existência da Lei e do que esta trata, apesar da mesma já ter mais de 10 anos de sua

implementação. Sendo assim, pode-se afirmar que ainda são muitos os desafios a fim de que realmente efetive-se nas escolas o estudo sobre a cultura africana e afro-brasileira, uma vez que não são todos os/as docentes que se interessam pela realização de práticas educativas que contemplem questões ligadas à diversidade étnico-racial. E isto é um dado preocupante, pois, como bem afirma Cavalleiro, (2004, p. 119)

A ausência da cultura afro-brasileira nos currículos escolares marca não sua neutralidade, mas, ao contrário, seu comprometimento com a ideologia dominante, ocultando os valores e as tradições do grupo negro.

Portanto, o trabalho com a temática étnico-racial nas escolas ainda pode ser denominado como desafio constante por parte dos educadores como também por todos que fazem parte da instituição, pois são muitas as lacunas que se encontram ao se trabalhar essas questões.

Partindo para sobre a existência de Projeto ou atividade pedagógica que enfatize a cultura negra, obteve-se o seguinte resultado: 07 (sete) professoras afirmaram que a escola não desenvolve nenhuma atividade relacionada a cultura negra. No entanto, uma destas professoras, sendo denominada de **professora A**, mesmo afirmando que a escola não trabalha com Projeto ou atividade pedagógica relacionada a cultura negra, afirma que “*trabalhamos devido ser de cunho obrigatório e os livros trazem esse tema, justo porque nosso País tem sua cultura variada e tem raízes afro-brasileira*”. Por fim, apenas 01 (uma) das docentes diz que a escola aborda *sim* temática da cultura negra “*através de exposições em sala de aula*”.

Com base na fala da **professora A** pode-se perceber que há um contradição, haja vistainicialmente ela ter mencionado que a escola não trabalha questões da cultura negra, mas, logo após, ela diz que aborda *sim*, esse tema é por ela trabalhado, como está posto nos livros didáticos. Diante dessa afirmação sobre o trabalho com o livro didático, surgem várias inquietações sobre a prática dessa docente quanto a sua metodologia em abordar a cultura negra em suas aulas, pois segundo Munanga (2005, p.23):

O livro didático, de modo geral, omite ou apresenta de uma na simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros. Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas duas últimas décadas. A criança negra era ilustrada e descrita através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirigia apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas e de classe média.

Dessa forma ao se trabalhar as diversas culturas em sala de aula, inclusive a cultura negra, é pertinente mencionar o grande desafio posto a professores/as, principalmente quando se trata do trabalho a partir do livro didático, que ainda hoje, na maioria das vezes, apresenta uma imagem estereotipada do/anegro/a. Como bem afirma Cavalleiro,(2004, p.120)

É possível notar, porém, que representações de brancos ainda são maioria nas ilustrações. E, nessas, os negros são apresentados com características fenotípicas específicas como tranças, cabelos pixaim ou outros traços da raça negra. Ou, então, aparecem para ilustrar situações de desprestígio social. [...] A utilização desses materiais veicula uma imagem inferiorizante, deformada e cristalizada do negro, o que justificaria o tratamento socialmente a ele dispensado, e isso, por sua vez, reforçada as relações raciais baseadas na discriminação.

Está claro, então, que as escolas precisam estabelecer uma perspectiva de trabalho pautada na valorização do/a negro/a como ser social pleno de direitos, a fim de suprir as desigualdades étnico-raciais ainda persistentes em nosso país.

Na questão seguinte,fora perguntado as professoras se a cultura negra havia sido abordada em alguma das formações que elas participaram.A essa pergunta apenas 01 (uma) professora respondeu que sim, mas não mencionou de que forma se deu essa formação. As outras 07 (sete) docentes pesquisadas justificaram que a cultura negra não foi tema de nenhuma das capacitações das quais participaram. Neste momento, é importante mencionar que as Secretarias Municipais responsáveis por promoverem essas capacitações, também precisam ter como pauta de discussão e formação docente uma discussão pautada na Lei 10.639/03 e 11.645/08, do contrário, não avançamos nas premissas de implementação cotidiana das políticas educacionais, e isto, sem dúvida, reforça os atos de preconceito e discriminação nas escolas, já que não há ainda um número de profissionais esclarecidos sobre quanto as discussões e questões étnico-raciais. Ademais, cabe mencionar que para alguns/mas professores/as esse tema não tem valor algum, concebendo a discussão como desnecessária. Nesse sentido, como bem destaca Fernandes (2007, p.17)

A formação docente é também desafiador pensar de maneira crítica e propositiva a formação de professores, principalmente quando se pensa sobre a preparação de professores tendo em vista um fazer educativo que seja coerente com as necessidades e demandas contemporâneas do campo da educação escolar brasileira.

Mediante a fala das docentes que participaram da pesquisa a cultura negra não é um tema contemplado em suas aulas, podendo assim desfavorecer o processo de ensino-

aprendizagem de educandos/as negros/as, uma vez que não percebem sua cultura, povo, crenças e valores ali propagados. É urgente que as formações de professores acerca da temática étnico-racial aconteça, para que nossas crianças negras sintam-se bem quistas e valorizadas.

A despeito da formação e prática pedagógica dos professores, voltada para a questão das relações raciais e valorização da criança negra na escola, constituir uma necessidade, talvez o mais importante não seja uma formação específica, mas o despertar da vontade e da sensibilidade desses profissionais, para o encaminhamento dessas questões. (RODRIGUES, 2007, p.85).

Ao questionar sobre a existência da prática do preconceito e do racismo no espaço escolar, 07 (sete) professoras responderam que as manifestações do preconceito e racismo não são atos presentes na escola em que elas atuam; apenas 01 (uma) docente afirma existir atos que envolvem o preconceito e racismo, mas não deixa claro em suas respostas de que forma acontecem. Ao serem questionadas se há preconceito e racismo na sociedade em que vivemos, as 08 (oito) professoras responderam que sim. Ao serem questionadas se já foram vítimas de algum tipo de preconceito ou racismo, 05 (cinco) afirmaram que **não** e 03 (três) **sim**. Ao serem questionadas sobre o que entendem por preconceito racial e racismo, 05 (cinco) mencionaram que é uma “questão de cor”, “exclusão pela cor”, “diferença de cor”, ou seja, as respostas estão relacionadas **acor**; 03 (três) mencionaram que é algum tipo de exclusão (bullying, preconceito).

Com base nas falas das docentes este é um ponto a ser enfatizado, a diferença entre preconceito e racismo, uma vez que parece haver certo desconhecimento quanto aos conceitos. Nesse contexto, o *preconceito* é definido como “uma opinião pré-estabelecida imposta pelo meio, época e educação” (MUNANGA, 2005, p. 62), e o *racismo* pode ser considerado como “uma ideologia que é postulada a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (MUNANGA, 2005, p. 62). Talvez o desconhecimento do conceito de preconceito e racismo contribua para que alguns/mas tenham práticas preconceituosas e racistas junto aos seus educandos/as, sem perceber que o fazem.

Segundo Rodrigues (2007, p. 89) “A escola, através dos professores não se dá o trabalho de conhecer cada aluno como pessoa ou sujeito, que têm uma contribuição social a dar, independentemente da cor ou etnia”. E para que isto torne-se uma prática efetiva, conhecer a realidade vivenciada pelos educandos, é dever do/a professor/a.

Em se tratando do reconhecimento nos docentes sobre colegas que julgam ser preconceituosos, obteve-se os seguintes dados: 06 (seis) professoras respondentes afirmaram

não possuem colegas que apresentam preconceito, enquanto as 02 (duas) outras responderam que sim, como bem afirma a **professora E** ao relatar que “*pelo o fato como se referem a grupos que se dizem diferenciados*”. Já 02(duas)das docentes que disseram não jogar algum colega por atos referente ao preconceito, **professoras C e F**, ambas mencionaram nunca ter presenciado nenhum ato de discriminação.

É notório perceber o quanto o processo de diferenciação implica numa imagem estereotipada acerca da realidade de educandos/as negros/as, sofredores/as de preconceitos diversos que sequer são percebidos como tais por parte de seus/suas professores/as. A luta contra o racismo e o preconceito, se destaca como um ato permanente, que deve ser trabalhado mediante políticas públicas tornando-as em práticas pedagógicas que possam ser trazidas para o cotidiano da sala de aula, afim de promover uma igualdade entre indivíduos mesmo apresentando traços de culturas diferenciadas.

Nesse sentido Cavalleiro,(1999, p. 49) afirma que

[...] para a promoção de uma educação igualitária, compromissada com o desenvolvimento de todos os cidadãos, as relações raciais em território brasileiro devem ser questionadas. Esta é uma discussão impreterível na medida em que o sistema de ensino mostra-se inadequado para o seguimento negro da população. De acordo com diversos estudos realizados nas escolas brasileiras, o racismo aflora de inúmeras formas, ocultas ou não. Assim, conseguir lançar alguma luz sobre os conflitos raciais no âmbito da educação formal representa uma necessidade para a configuração de uma sociedade democrática.

Diante as considerações apresentadas pelas docentes respondentes, as relações étnico-raciais, bem como atitudes de discriminação e preconceito são ainda presentes no comportamento de professores/as com relação aos seus/suas educandos/as negros/as, fazendo com que se sintam como sujeitos inferiorizados na sociedade, geralmente apresentando uma autoestima baixa, por conta da ausência de reconhecimento pessoal.

Ao serem questionadas se trabalham com a temática do preconceito e do racismo em suas aulas, 04(quatro) das respondentes afirmaram já ter trabalhado a temática em sala de aula, porém as outras 04 (quatro) responderam nunca ter mencionado a temática sobre o preconceito e racismo em suas aulas. Das 04(quatros) que afirmaram já ter trabalhado, apenas 02(duas) mencionaram quais tipos de preconceito trabalharam; 01 (uma) mencionou o *preconceito homossexual*; e a outra mencionou que trabalhou o *preconceito social, classessociais, homofobia, religião*.

Quando questionadas sobre já terem presenciado algum ato de preconceito entre os educandos, 05 (cinco) das respondentes disseram nunca ter presenciado atos de discriminação e preconceito entre os/as educandos/as, as outras 03 (três) afirmaram que já terem presenciado atitudes preconceituosas entre os/as educandos/as. Com relação as 03 (três) últimas respondentes, destas, apenas 01 (uma) mencionou como reagiante dessas atitudes, com: *sentimento de revolta, indignação, intervenção*.

Na fala das professoras percebe-se o quanto a escola hoje ainda se recusa em trabalhar as questões ligadas ao preconceito e racismo, mesmo sendo denominado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) como direito de todos os cidadãos. Já com relação a educadora que mencionou ter sentimento de revolta, indignação e partir para a intervenção, é possível perceber que existe também, por parte dela, um desconforto com as situações e /ou atitudes preconceituosas. Sentimento este que acreditamos se estender as outras 02 (duas) professoras que mencionaram também já ter trabalhado a temática em sala de aula.

A pesquisa mostra que 05 (cinco) professoras, o equivalente a 65% da amostra pesquisada, afirmam já ter trabalhado o tema preconceito e racismo em sala de aula. Embora pareça muito aqui, se considerarmos a implementação da Lei 10.639 em 2003, hoje, passados 11 anos de sua implementação, este número ainda é insuficiente para a demanda de trabalho necessária nesse campo, haja visto que, no início desta análise, foi relatado que 01 (uma) afirmou que não sabe do que se trata, e 02 (duas) sequer responderam algo a respeito.

Assim, considerando Lima, Romão e Silveira (1999, p. 54)

O problema racial no cotidiano escolar não pode ser posto de lado esperar por si mesmo uma solução. É necessário que imprescindível identificá-lo e combata-lo. É necessário que todos digam não ao racismo e que juntos promovam o respeito mútuo, o respeito ao outro e a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, sem receio e sem preconceito.

A escola brasileira bem como a sociedade no geral está repleta de atitudes racista, discriminatórias e preconceituosas o que acarreta baixa autoestima por se sentirem diferentes acarretando um mínimo desenvolvimento emocional e cognitivo.

Com relação à prática docente foram questionadas as professoras se elas apresentam alguma dificuldade em abordar a temática diversidade étnica racial em sala de aula. As respostas foram as seguintes: 05 (cinco) das respondentes disseram não sentir nenhuma dificuldade em trabalhar com a temática diversidade étnico-racial em sala de aula,

poissegundo a **professora D** “*somos pessoas conscientes e formadores de opiniões. Qualquer tema tem meios de pesquisar e passar com capacidade*”. Já a **professora B** diz que “*falando com clareza e respaldando pela lei, qualquer tema pode ser abordado sem grandes dificuldades*”; e a **professora H** diz: “*Desde que o mesmo saiba abordar o assunto*”. Outras 02 (duas) docentes, **professoras CeF**, afirmaram que “*o professor deve estar aberto para trabalhar qualquer temática*”. As últimas 03 (três) professoras afirmaram possuir dificuldades em trabalhar com a temática diversidade étnico-racial afirmando: “*É um problema muito complicado, as vezes tem palavras que magoamos se não for bem colocadas*”; “*por ser um tema bastante polêmico*”; “*por existir alunos hoje resistentes a alguns comportamentos, muitos se comportam com indisciplina. Isso dificulta o trabalho*”.

Nessas respostas percebe-se que a dificuldade encontrada ainda pelas professoras em trabalhar com as questões étnico-raciais está fortemente presente em seus escritos. Isso reflete o despreparo e o não reconhecimento sobre tal temática, gerando assim grandes incertezas em tratar da diversidade étnico-racial em sala de aula, outro ponto que dificulta esse trabalho é a não valorização dada por docentes a temática. Entretanto, é função da escola, através dos/as educadores/as buscar promover em suas propostas de trabalho discussões acerca das diferenças que existem tanto na escola quanto na sociedade. Assim, como bem afirma Cavalleiro, (2004, p.119) sobre os profissionais da educação

[...]seu papel inclui a transmissão de valores. Assim, no interior das escolas, sejam elas públicas ou particulares, se não tiverem sido preparados e feito uma reflexão a respeito da questão de raça, podem tornar-se disseminadores da discriminação para outros espaços sociais. Esse despreparo favorece que alunos experimentem e vivenciem práticas racistas e discriminatórias sem críticas feitas pelos responsáveis por seu desenvolvimento e educação.

Com base na afirmação, a educação escolar, nos dias atuais deve estar relacionada às mudanças ocorridas no país, os/as professores/as por sua vez devem buscar inovar suas práticas, e a partir disso, passar a considerar as diferenças de etnias e raça que estão inseridas também nos espaços escolares.

No trabalho de formação que privilegia a prática docente devem ser trabalhadas temáticas que venha a favorecer as práticas educativas, inclusive as problemáticas que nesses espaços tanto se repercutem, sejam questões raciais, étnicas, outras. O silêncio sobre as diferenças, só favorece práticas arcaicas de preconceito e discriminação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, conclui-se que é de grande relevância o estudo sobre as questões étnico-raciais, contemplando a História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas bem como no que se refere a Lei 10.639/2003, apesar de ser uma temática ainda desconhecida por parte de muitos educadores que acabam por sua vez acarretando atos de preconceito e discriminação entre os alunos que até então não tem conhecimento sobre tal temática.

No entanto sendo a instituição escolar considerada como um ambiente formador, tem como função repensar em uma nova proposta de educação que favoreça aos educandos afro-descendentes o reconhecimento de sua identidade, e, sobretudo sua cultura, proporcionando um trabalho que venha discutir as relações étnico-raciais estingando a todos os discentes a terem o conhecimento da complexidade de cultura que permeiam no nosso País, bem como a importância de cada uma, favorecendo entre os educandos uma melhor compreensão das diferenças dentro do ambiente escolar.

Em se tratando do estudo com a temática diversidade étnico-racial nas instituições escolares, é notório destacar que são inúmeros os avanços sobre o tema como pode ser exemplificado com a implementação da Lei 10.639/03, porém, é necessário que o estudo sobre a temática tenha ainda um melhor reconhecimento, nas escolas do ensino fundamental, sobretudo ao corpo docente atuante, com base nisso, para que houvesse um estudo mais aprofundado, é necessária a disseminação maior do que trata a Lei 10.639/03, aliado a políticas de efetivação da realização desta nas escolas.

Portanto a partir do estudo sobre a temática diversidade étnico-racial, no que diz respeito ao contexto escolar, através da coleta de dados durante todo o processo metodológico que levou a conclusão dessa pesquisa, ao analisar as respostas das professoras coparticipantes desse trabalho monográfico percebeu-se que a temática ainda é muito ausente em suas práticas, como também nas formações continuadas de que fazem parte, ofertadas inclusive, pela Secretaria do Município em que trabalham. Assim, se não há orientação sobre o tema diversidade étnico-racial bem como a valorização dos afro-brasileiros no que diz respeito a multiplicidade de culturas em nosso cotidiano, seguramente as escolas permanecem distantes de um processo tão salutar de desconstrução de preconceito e racismo, e isso não pode permanecer assim.

Talvez seja também por isso, que as práticas de preconceito e racismo apareçam como hábitos e costumes derivados de nossa cultura, e infelizmente, ainda tão fortemente ignorados nos dias atuais.

Foram inúmeras as dificuldades encontradas no decorrer de toda a pesquisa, com base nas respostas das professoras com relação ao trabalho com a diversidade étnico-racial, pois segundo as falas das mesmas, grande parte demonstra desconhecer a importância da temática e nunca desenvolveu suas práticas enfatizando as diferentes cultura inclusive a cultura negra, e a multiplicidade de identidades e etnias que estão inseridas nos espaços escolares. Este problema está nas formações docentes.

Em se tratando da formação de professores, mediante aos dados coletados, muita das pesquisadas comprovaram que não apresentam nenhuma formação específica na área, dificultando cada vez mais o trabalho com a temática em sala de aula, outra dificuldade está na insuficiência de materiais pedagógicos que a escola oferece.

A partir das reflexões acerca da temática espera-se com esse estudo, que a prática docente tenha um novo olhar voltado ao trabalho envolvendo a diversidade étnico-racial, sendo a escola também forte agente na luta pela igualdade entre negros e brancos, onde todos os/as docentes tenham compreensão do que trata a diversidade étnico racial, podendo assim, dar um valor significativo ao tema, através de ações educativas promotoras da igualdade, e de estratégias de ação pedagógicas pautada nas diferenças como algo positivo.

Enquanto docente, é necessário que se tenha um novo olhar, bem como o interesse por temas que envolvam atos políticos, culturais e sociais, que abranjam todos os/as sujeitos/as, onde a inclusão seja prática efetiva na ampliação de horizontes para educadores/as e educandos/as, que seja fascinante e ao mesmo tempo desafiador.

Enfim, espera-se com esse trabalho que toda comunidade escolar possam ter um olhar a frente as questões de discriminação e preconceito, que se manifeste entre os indivíduos tanto no meio escolar, como em sociedade, que busquem mais fortemente acabar com o racismo em meio a professores/as, alunos/as, em meio a sociedade em que estão inseridos/as.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira**. Brasília – DF, 2004.

\_\_\_\_\_, **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: [s.n.], 2003.

\_\_\_\_\_, Ministério de Educação, Secretária De Educação Continuada, alfabetização e diversidade. **Educação Anti-Racista:Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03/Secretaria de Educação**. Brasília-DF,2005

\_\_\_\_\_, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual/ Secretaria da Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, alfabetização e diversidade. **Orientação e ações para a educação das relações étnico-raciais**.Brasília, SECAD,2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Identificando o Racismo, O Preconceito E A Discriminação Racial na Escola. In: LIMA, Ivan Costa, ROMÃO,Jeruse SILVEIRA, Sônia Maria (org.) -**Os Negros e a Escola Brasileira** Florianópolis 1999.

\_\_\_\_\_. Identificando O Racismo, O Preconceito E A Discriminação Racial Na Escola.In SILVEIRA, Maria Lúcia de. GODINHO, Tatau. (ogrs) **Educar para igualdade: Gênero e Educação Escolar**. São Paulo, 2004.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil: pluralismo étnico e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FERNANDES, Dogival Gonçalves, FERNANDES, Natal Lânia Roque. Sujeito, Saberes e Formação Docente: Reflexões Sobre as Condições de Estudos e Aprendizagem dos Sujeitos em Processo de Formação. In: FERNANDES, Dogival Gonçalves, OLINDA, Ercília Maria Braga **Práticas e Aprendizagens Docentes**. Fortaleza: Edições UFC,2007.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da Fonseca. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2000

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade currículo**. Organização do documento: Janete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ed. Porto Alegre: 2012

GONSALVES, Elisa Pereira **conversas sobre iniciação á pesquisa científica**. Campinas, SP:Editora Alínea

GIL, Antonio Carlos. **Como Elabora Projetos de Pesquisa**. 4ed. São Paulo: 2009.

JACCOUD, Luciana, OSÓRIO,Rafael, SOARES,Sergei.(Orgs.) **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LIMA, Ivan costa. ROMÃO, Jeruse. SILVEIRA, Sonia Maria. **Os Negros e a Escola Brasileira**. Florianopolis: 1999.

LOUREIRO, Stefãnie Arca Garrido. **Identidade Étnica em Re-Construção: A ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo, na perspectiva existencial humanista-** Belo Horizonte, 2004.

MOURA, Glória. O Direito A Diferença era Neusa Lopes. In: MUNANGA, Kabengele, (Org.) -**Superando o racismo na escola**2. ed. Brasília: MEC, 2005.

SILVA, Consuelo Dores. **Negro qual é o seu nome?** -Belo Horizonte, MazzaEdições,1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença**:Perspectiva dos Estudos Culturais-Petrópolis, RJ,2009

\_\_\_\_\_ **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo-Belo Horizonte, 2ºed, Autentica ,2007

\_\_\_\_\_, AnaCélia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático.In: MUNANGA, Kabengele, (Org.) - **Superando o racismo na escola** 2. ed. Brasília: MEC, 2005.

RODRIGUES, Maria do Rosário de Fátima Bezerra.**Socializando para ser negro**: os embates da família da escola e do adolescente– Teresina, Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC, 2007.

\_\_\_\_\_, Janine Marta Coelho. PIMENTA, Sonia Almeida. BORGES, Onelice de Medeiros. **Dimensões Teóricas E Avaliativas Na Construção Da Formação Continuadas**: desafios para o século XXI-João Pessoa: Mídia Gráfica editora, 2013

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**/Maria Marly de Oliveira. 2 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

# APÊNDICES

**Universidade Federal de Campina Grande**  
**Centro de Formação de Professores**  
**Unidade Acadêmica de Educação**

**Título: Diversidade étnico-racial: um olhar com base na prática docente**

**Pesquisadora responsável:** Luana Maciel De Sousa  
**Profa. Orientadora:** Stella Santiago

**Questionário para Professores**

1. Pseudônimo (opcional):
2. Idade:
3. Cor/raça:
4. Nível de Formação: Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Especificação da(s) Formação (ões):
5. Tempo de atuação no magistério:
6. Você conhece a Lei 10.639/ 03? ( ) sim ( ) não
7. Você sabe do que trata a Lei 10.639/03? ( ) sim ( ) não Caso a resposta seja sim, qual aspecto desta Lei mais lhe chama a atenção? Por que?
8. A escola em que você leciona há algum projeto ou atividade pedagógica que mencione e enfatize aspectos da cultura negra? ( ) sim não ( ) Caso a resposta seja sim, mencione como se dá esse trabalho.
9. A cultura negra foi tema de alguma dessas formações? ( ) sim ( ) não. Caso a resposta seja sim, mencione alguns aspectos trabalhados.
10. Você acredita que há preconceito e racismo na sociedade em que vivemos? ( ) sim ( ) não. Caso tenha presenciado alguma cena de preconceito e racismo, comente algo nesta situação que lhe chamou a atenção.
11. Na escola em que Você trabalha há manifestações de preconceito e racismo? ( ) sim ( ) não
12. Você possui colegas que julga serem preconceituosos? ( ) sim ( ) não Por que?
13. Você já foi vítima de algum tipo de preconceito ou racismo? ( ) sim ( ) não Caso a resposta seja sim, mencione Qual.
14. Você já teve a oportunidade de trabalhar a temática do preconceito e do racismo nas suas aulas? ( ) sim ( ) não. Caso a resposta seja sim, e como há muitos tipos de preconceitos, mencione qual você trabalhou em sala de aula e porquê.
15. Para você, o que é preconceito racial?
16. A escola disponibiliza materiais pedagógicos para esse trabalho? ( ) sim ( ) não Quais?
17. Você já presenciou algum ato de preconceito? ( ) sim ( ) não. Como reagiu e o que sentiu neste momento?
18. Para você, há alguma dificuldade para o professor abordar a temática diversidade étnico-racial em sala de aula? ( ) sim ( ) não. Por favor, justifique a sua resposta.